

## A BIBLIOTECA DAS MARÉS

Uma biblioteca sem estantes e sem livros. Havia, no entanto, leitores. Os garotos de pé descalço, que vinham com o bolso cheio de estalinhos e o olhar cheio de curiosidade; a senhora que saltava as pedras com o equilíbrio de quem atravessa um silêncio; o pescador de chapéu de palha, cujo índice — calejado e salgado — apontava passagens nas quais só ele via destino e ventura. Cada um, a seu tempo, abria páginas que não eram de papel, mas de maré baixa: superfícies inscritas por raízes e caranguejos, onde o limo desenhava caprichos e a história se imprimia com tinta de sal.

A maré sabia o ofício: vinha com o sino da lua, recolhia volumes de espuma e devolvia a matéria já lida, sublinhada pelos passos de uma garça. Pela manhã, era bibliotecária de avental claro: alisava o chão, colocava cada concha em sua prateleira mineral, alinhava folhas mortas por ordem de nervura e data. À tarde, mudava o tom, tirava os óculos e, com a malícia dos mestres antigos, deixava cair no chão um rumor de segredos: uma garrafa com bilhete de outra enseada, um pedaço de madeira devastada com letras indecifráveis, um brinquedo extraviado de infância que vinha pedir lugar entre os clássicos. Ao cair da noite, fechava as janelas com a mão escura do lodo e murmurava: “Quietos, leitores, amanhã recomeça.”

Não havia biblioteconomia de códigos de barras, mas havia catálogo. Quem soubesse ler as edições das nuvens, saberia encontrar o capítulo certo: cumulus em coro — contos de aventura; estratos longos — prosas de paciência; cirros muito altos — poesia rarefeita que pede fôlego. O vento, bibliotecário adjunto, sussurrava as rubricas no ouvido de quem passasse: “Prateleira de naufrágios, corredor esquerdo. Ensaio sobre ferrugem, sessão de metalurgia involuntária. Romance epistolar entre rios, mesa de novidades.”

Naquela manhã, deparei-me com um códice recém-exumado, encapado em musgo. Pareceu-me, de início, um romance. Tinha capítulos destacados por raízes de mangue que levemente circundavam as passagens mais duras — como quem protege a palavra com a sombra do corpo. Dentro, não havia frases, mas linhas d’água, e nelas boiavam restos de conversas que a cidade dissera e depois quis esquecer. A maré, sem rancor, guardara-as junto aos primeiros alfabetos do lugar: os rastros de caranguejo-uçá — pontuação breve e nervosa — e as correções rigorosas das ostras, que, com sua faca discreta, aparavam excessos de verbo.

Lembrei que toda biblioteca tem seus interditos, e algumas suas chamadas. Ali, porém, o decreto de silêncio vinha do rumor brando que só existe quando não há

polícia. O mangue é um arquivo de democracia mineral: a lama iguala sandálias e cavalos-marinhos, e a maré, chefe de setor, recusa censores por inutilidade funcional. O proibido não pega, porque a água não reconhece carimbos: passa, repassa, repassa outra vez, e as ordens viram areia. Em vez de listas, a maré põe ciclos; em vez de fiscais, caranguejos; em vez de portas, a alternância do nível. Quem quiser entrar, entra; quem quiser folhear, mergulha a mão; quem quiser levar um exemplar para casa, aprende que não há casa fora do ciclo, e que todo empréstimo vence quando a lua muda de quarto.

Há, claro, os leitores de prensa. Chegam com a pose do turista que coleciona o mundo para exibir na sala. Querem selfies com o lombo do mangue, aspiram o título daquilo que não pretendem ler, balançam o pé para o lodo não subir o tornozelo. A maré os trata com polidez macia: dá-lhes uma fábula curta — um peixe que salta e brilha — e, quando se distraem, recolhe de volta o brilho para o capítulo seguinte. O mangue não se apressa: sabe que toda prensa é um atraso de espírito.

Em alguns dias, quando a lua, no alto, passa o dedo empoeirado na lombada da noite, o bibliotecário se dá a escutar. A maré então murmura nomes que são também ciências: hidrografia, etimologia, genealogia. Diz que as famílias humanas começaram a catalogar seus mortos como quem encaderna tempestades: cada túmulo, uma lâmina de água escura na qual se pode ver, de relance, a infância do bisavô pescando siris com a mão esquerda. Diz que as cidades, essas bibliotecas sombrias, esqueceram que o primeiro arquivo foi o rio, e o segundo, a praia. Diz que, na falta de estantes, o mundo se aprendeu em maré e vento — e que foi bastante.

Uma vez, encontrei um velho acorocado junto a um tronco submerso. Tinha nos olhos o melancólico humor dos bons copistas. Perguntei o que fazia. “Leio o noticiário”, respondeu, sem ironia. Apontei a lama, confuso. “Aqui chegam os despachos — atrasados, mas mais verdadeiros. O que a cidade chama de fato é rascunho. Aqui, com o tempo, as coisas se adensam. Vê este resto de rede? É relatório de apátridas. Esta lata amassada? Dissertação sobre a persistência. Estes pedaços de azulejo? Antologia de casas demolidas.” Ele sorriu e, com a unha, escreveu no lodo uma palavra que não entendi. A maré veio, leu, levou.

Talvez por isso Borges tenha imaginado bibliotecas infinitas; talvez por isso João Cabral palmilhasse margens como quem soletra uma faca; talvez por isso Euclides soubesse que rios têm verbos. Mas o mangue corrige: nada é infinito, tudo retorna — como as frases longas que só se concluem na próxima maré, e como as promessas que o sal abrevia. O bibliotecário não dorme: checa se as chegadas coincidem com as partidas, se os títulos perdidos encontraram novas lombadas (às vezes, o casco de uma tartaruga), e se o índice dos ventos condiz com a pauta dos peixes.

Passei a ir lá como quem visita um parente. Eu levava perguntas que, no papel, ficavam inchadas e pesadas. Lá, ganhavam leveza: as raízes filtravam o excesso, os caranguejos faziam a crítica, as garças davam prefácio. Curiosamente, comecei a entender que as respostas não vinham para a mão, mas para os olhos — que saíam de lá mais limpos, como páginas recém-lavadas. Em dias de chuva, a biblioteca tornava-se barroca e barulhenta, porém legível; em dias de sol, clássica e concisa. Nunca foi minimalista — o mangue não é adepto de dietas estéticas.

Certa tarde, a maré trouxe um livro de verdade. Inchado, anônimo, ilegível, suas letras eram apenas a memória de um alfabeto que não suportara a travessia. O bibliotecário, com a paciência de antigo, acomodou-o entre as raízes e convidou a cidade a contemplar seu excesso de sede. Ali, pela primeira vez, compreendi que ler é um ofício de água: para cada capítulo, um grau de sal; para cada personagem, um lodo próprio; para cada trama, um caranguejo que sabe retroceder de lado — gesto mais sábio que o da fuga ou do avanço.

Desde então, quando me perguntam onde fica minha biblioteca favorita, não aponto endereço. Digo que é preciso esperar a lua certa, o vento certo, e que, ao chegar, não se bate à porta: desnuda-se o pé, reverencia-se o limo, pede-se licença à raiz. O bibliotecário virá, como sempre vem, com sua competência sem diploma e seu relógio de marés. Ele mostrará a sessão de perdas que viraram achados, a ala de memórias desmentidas, o salão das promessas que o tempo cumpriu por conta própria. Se houver sorte, concederá acesso restrito às correspondências do silêncio.

No fim da visita, nada se leva que não seja o desejo de voltar. Não há cartão, assinatura, taxa de atraso. Só um dever antigo: não cuspir na água que escreve, não pisar na palavra que germina, não erguer estantes sobre o dorso de quem nos ensina o sentido do peso. E, em casa, quando as paredes exigem prateleiras, contento-me com janelas. Porque aprendi no mangue que melhor que arquivar é arejar; e que o livro mais essencial não se fecha, apenas alterna níveis, como um peito que respira.

Se te disserem, que faltam salas e cotações, diz que conheces um bibliotecário sem folha de pagamento que organiza o mundo duas vezes ao dia — e que, entre ir e vir, ele nos devolve legíveis.